

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Condensadas Preparadas de Acordo com o IAS 34**

31 de março de 2021

Simples | Pessoal | Justo





Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Santander (Brasil) S.A.

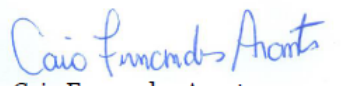
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de abril de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE	Pág
Balanço Patrimonial Consolidado	5
Demonstração Consolidada do Resultado	7
Demonstração do Consolidada do Resultado Abrangente	8
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	10
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações	11
2. Base para consolidação	14
3. Ativos Financeiros	18
4. Ativos não correntes mantidos para venda	21
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	21
6. Ativo tangível	23
7. Ativo intangível - Ágio	24
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis	25
9. Passivos financeiros	25
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	28
11. Patrimônio Líquido	31
12. Impostos sobre a renda	33
13. Detalhamento de contas de resultado	34
14. Plano de Benefícios a Funcionários	35
15. Segmentos operacionais	36
16. Transações com partes relacionadas	37
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	44
18. Outras Divulgações	49
19. Eventos Subsequentes	58
ANEXO I – Demonstração Consolidada do Valor Adicionado	59
Comentário de Desempenho	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes	70
Composição dos Órgãos da Administração	71

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanço Patrimonial Consolidado

ATIVO	Notas Explicativas	31/03/2021	Banco 31/12/2020
Disponibilidades		30.868.413	20.148.725
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	56.440.381	60.900.466
Instrumentos de Dívida		3.273.898	3.545.660
Reservas no Banco Central do Brasil		53.166.483	57.354.806
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.a	103.294.220	98.466.232
Instrumentos de Dívida		68.256.331	68.520.799
Instrumentos de Patrimônio		1.841.009	1.818.276
Derivativos	18.a	33.196.880	28.127.157
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3.a	517.507	499.720
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		120.991	60.808
Instrumentos de Patrimônio		396.516	438.912
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	104.522.534	109.740.387
Instrumentos de Dívida		104.475.957	109.668.214
Instrumentos de Patrimônio		46.577	72.173
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	561.872.993	554.924.796
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		85.416.750	112.849.776
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		422.181.194	393.707.229
Instrumentos de Dívida		54.275.049	48.367.791
Derivativos Utilizados como Hedge	18.a	976.093	743.463
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	960.943	1.092.909
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5	1.147.491	1.094.985
Ativos Fiscais		41.019.803	41.063.782
Correntes		3.150.328	3.082.084
Diferidos		37.869.475	37.981.698
Outros Ativos		4.960.535	7.222.411
Ativo Tangível	6	8.694.315	9.537.111
Ativo Intangível		29.525.601	30.766.498
Ágio	7	27.332.159	28.360.137
Outros Ativos Intangíveis	8	2.193.442	2.406.361
Total do Ativo		944.800.829	936.201.485

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas Explicativas	31/03/2021	Banco 31/12/2020
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação			
	9.a	77.378.700	77.643.290
Derivativos	18.a	37.438.039	31.835.344
Posições Vendidas	18.a.7	39.940.661	45.807.946
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado			
	9.a	7.217.801	7.038.467
Outros passivos financeiros		7.217.801	7.038.467
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado			
	9.a	723.857.756	707.288.791
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		162.213.018	131.656.962
Depósitos de Clientes		441.536.293	445.813.972
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		55.806.147	56.875.514
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		14.621.611	13.119.660
Outros Passivos Financeiros		49.680.687	59.822.683
Derivativos Utilizados como Hedge			
	18.a	3.049	144.594
Provisões			
	10	13.149.656	13.814.978
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		3.978.455	3.929.265
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		9.171.201	9.885.713
Passivos Fiscais			
		8.177.368	10.130.248
Correntes		5.037.315	5.583.653
Diferidos		3.140.053	4.546.595
Outras Obrigações			
		9.718.281	14.051.245
Total do Passivo			
		839.502.611	830.111.613
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	55.000.000	57.000.000
Reservas		48.487.789	40.414.981
Ações em Tesouraria		(709.770)	(791.358)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		4.053.516	13.418.529
Menos: dividendos e remuneração		-	(3.837.085)
Outros Resultados Abrangentes		(1.850.732)	(428.080)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador			
		104.980.803	105.776.987
Participações Não-Controladoras			
		317.415	312.885
Total do Patrimônio Líquido			
		105.298.218	106.089.872
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			
		944.800.829	936.201.485

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada do Resultado

	Nota explicativa	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Receitas com juros e similares		16.300.789	18.617.110
Despesas com juros e similares		(4.426.949)	(7.180.327)
Receita Líquida com Juros		11.873.840	11.436.783
Receitas de instrumentos de patrimônio		1.516	2.396
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	30.568	30.125
Receitas de tarifas e comissões		5.171.911	5.510.997
Despesas de tarifas e comissões		(1.115.547)	(1.266.046)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		7.286.616	9.331.725
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		1.010.732	391.833
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		6.483.275	8.177.286
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado		63.611	6.541
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(148.078)	(6.412)
Outros		(122.924)	762.477
Variações cambiais (líquidas)		(8.799.755)	(22.421.929)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(233.316)	(253.700)
Total de Receitas		14.215.833	2.370.351
Despesas administrativas		(4.195.078)	(4.188.444)
Despesas com pessoal	13.a	(2.204.550)	(2.300.596)
Outras despesas administrativas	13.b	(1.990.528)	(1.887.848)
Depreciação e amortização		(673.352)	(618.769)
Ativo tangível	6.a	(528.318)	(493.419)
Ativo intangível	8	(145.034)	(125.350)
Provisões (líquidas)	10	(571.367)	(629.806)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(3.573.215)	(3.474.160)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(3.573.215)	(3.474.160)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(9.191)	(2.377)
Outros ativos intangíveis	8	(1.561)	(4.951)
Outros ativos		(7.630)	2.574
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		30.198	204.414
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		17.713	13.021
Resultado Operacional Antes da Tributação		5.241.541	(6.325.770)
Impostos sobre a renda	12	(1.178.574)	10.192.038
Lucro Líquido Consolidado do Período		4.062.967	3.866.268
Lucro atribuível à Controladora		4.053.516	3.857.825
Lucro atribuível às participações não-controladoras		9.451	8.443
Lucro por Ação (em Reais)			
Lucro básico por 1.000 ações			
Ações ordinárias		517,47	492,73
Ações preferenciais		569,22	542,00
Lucro diluído por 1.000 ações			
Ações ordinárias		517,47	492,73
Ações preferenciais		569,22	542,00
Lucro líquido atribuído - Básico			
Ações ordinárias		1.967.891	1.872.898
Ações preferenciais		2.085.625	1.984.927
Lucro líquido atribuído - Diluído			
Ações ordinárias		1.967.891	1.872.898
Ações preferenciais		2.085.625	1.984.927
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias		3.802.874	3.801.088
Ações preferenciais		3.663.992	3.662.229
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído			
Ações ordinárias		3.802.874	3.801.088
Ações preferenciais		3.663.992	3.662.229

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Consolidada do Resultado Abrangente

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Lucro Líquido Consolidado do Período	4.062.967	3.866.268
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(1.407.559)	(1.352.080)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.181.493)	(1.316.090)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.175.307)	(2.406.869)
Impostos sobre a renda	993.814	1.090.779
Hedges de fluxo de caixa	(226.066)	(35.990)
Ajuste ao valor justo	(433.885)	(89.973)
Impostos sobre a renda	207.819	53.983
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(15.094)	528.078
Planos de Benefícios Definidos	(15.094)	528.078
Planos de Benefícios Definidos	-	977.213
Impostos sobre a renda	(15.094)	(449.135)
Total do Resultado Abrangente	2.640.314	3.042.266
Atribuível à controladora	2.630.863	3.033.823
Atribuível às participações não-controladoras	9.451	8.443
Total	2.640.314	3.042.266

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota Explicativa	Capital Social	Ações em Reservas	Ações em tesouraria	Instrumento de Capital Próprio	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro do Período atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido atribuível à Controladora						Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
										Outros Resultados Abrangentes							
										Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	34.877.492	(681.135)	(67.000)	16.406.932	(10.800.000)	96.736.289	3.345.283	(3.746.537)	859.370	(543.825)	96.650.580	558.581	97.209.161		
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	13.418.529	-	13.418.529	(1.003.154)	555.624	-	105.159	13.076.159	32.224	13.108.383		
Lucro Líquido Consolidado do Período		-	-	-	-	13.418.529	-	13.418.529	-	-	-	-	13.418.529	32.224	13.450.753		
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.003.154)	555.624	-	105.159	(342.371)	-	(342.371)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.003.154)	-	-	-	(1.003.154)	-	(1.003.154)		
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	555.624	-	-	555.624	-	555.624		
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.159	105.159	-	105.159		
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	16.406.932	-	-	(16.406.932)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	(67.000)	-	67.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício anterior		-	(10.800.000)	-	-	-	10.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11.b	-	-	-	-	-	(3.837.085)	(3.837.085)	-	-	-	-	(3.837.085)	-	(3.837.085)		
Ações em tesouraria		-	-	(110.223)	-	-	-	(110.223)	-	-	-	-	(110.223)	-	(110.223)		
Outros		-	(2.443)	-	-	-	-	(2.443)	-	-	-	-	(2.443)	(277.920)	(280.363)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	40.414.981	(791.358)	-	13.418.529	(3.837.085)	106.205.067	2.342.129	(3.190.913)	859.370	(438.666)	105.776.987	312.885	106.089.872		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	40.414.981	(791.358)	-	13.418.529	(3.837.085)	106.205.067	2.342.129	(3.190.913)	859.370	(438.666)	105.776.987	312.885	106.089.872		
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	4.053.516	-	4.053.516	(1.181.493)	(15.094)	-	(226.065)	2.630.864	9.451	2.640.315		
Lucro Líquido Consolidado do Período		-	-	-	-	4.053.516	-	4.053.516	-	-	-	-	4.053.516	9.451	4.062.967		
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.181.493)	(15.094)	-	(226.065)	(1.422.652)	-	(1.422.652)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.181.493)	-	-	-	(1.181.493)	-	(1.181.493)		
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	(15.094)	-	-	(15.094)	-	(15.094)		
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.065)	(226.065)	-	(226.065)		
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior		-	13.418.529	-	-	(13.418.529)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Cisão	11.a	(2.000.000)	(1.167.674)	-	-	-	-	(3.167.674)	-	-	-	-	(3.167.674)	-	(3.167.674)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício anterior	11.b	-	(3.837.085)	-	-	-	3.837.085	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ações em tesouraria		-	-	81.588	-	-	-	81.588	-	-	-	-	81.588	-	81.588		
Outros		-	(340.962)	-	-	-	-	(340.962)	-	-	-	-	(340.962)	(4.921)	(345.883)		
Saldos em 31 de março de 2021		55.000.000	48.487.789	(709.770)	-	4.053.516	-	106.831.535	1.160.636	(3.206.007)	859.370	(664.731)	104.980.803	317.415	105.298.218		

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido consolidado do período		4.062.967	3.866.268
Ajustes ao lucro		34.399.996	(39.920.537)
Depreciação do ativo tangível	6-a	528.318	493.418
Amortização do ativo intangível	8	145.034	125.350
Perdas com outros ativos (líquidas)		9.191	2.377
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		4.144.582	4.103.966
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(47.911)	(217.435)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5-a	(30.568)	(30.125)
Varição nos ativos e passivos fiscais diferidos	12	306.791	(4.339.480)
Atualização de Depósitos Judiciais		(219.447)	(120.174)
Atualização de Impostos a Compensar		(120.220)	(94.253)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		6.590	(7.516)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		30.477.797	(39.824.555)
Outros		(800.161)	(12.110)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(16.553.110)	(19.185.513)
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		(10.719.688)	(5)
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(22.044.046)	(7.677.284)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(4.827.988)	(18.833.268)
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(17.787)	15.456
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		3.399.146	(8.637.997)
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		9.842.013	11.157.163
Outros ativos		7.815.240	4.790.422
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		(4.686.185)	74.720.362
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(264.590)	7.357.697
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(23.195)	(1.070.427)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		4.400.058	68.637.359
Outros passivos		(8.798.458)	(204.267)
Impostos pagos		(956.576)	(1.016.605)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		16.267.092	18.463.975
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(218.942)	(536.076)
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	1	-	-
Ativo tangível		(281.306)	(407.102)
Ativo intangível		62.363	(128.974)
Alienação		1.097.201	250.501
Ativo tangível		619.122	103.835
Ativos não correntes mantidos para venda		387.127	144.041
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		90.952	2.625
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		878.259	(285.575)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias		83.359	(113.444)
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		24.043.469	21.315.694
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(902.256)	(6.829.903)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(26.614.051)	(22.955.878)
Aumento em participações não-controladoras		259.021	(266.089)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(3.130.458)	(8.849.620)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(6.590)	7.516
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		14.008.303	9.336.296
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		28.446.808	21.443.663
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		42.186.909	30.779.959

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas para o período findo em 31 de março de 2021 na reunião realizada em 27 de abril de 2021.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas foram elaboradas de acordo com as normas do International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). A Demonstração Contábil é intermediária seguindo as regras do IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

• **Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro” e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

As implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de março de 2021

Na data de preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas condensadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 31 de março de 2021 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.aa das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

ii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, data da preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.464.627	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A.	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Tecnologia	380	-	80,00%	80,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	6.950	-	100,00%	100,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander CCVM	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Holding	481.196	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Leasing	85	-	78,58%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Outras	5.045	-	100,00%	100,00%
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	9.100-	-	100,00%	100,00%
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)					
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Nota 2.c.h.1)	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Outras	17.083	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Nota 2.c.d)	Outras	100	-	-	100,00%
Paytec Logística e Armazém Ltda.					
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)					
Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A. (Nota 2.c.g)	Outras	22.452	-	-	50,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (5); e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (6).
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior (7).
- Verbená FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Banco Santander, em 31 de março de 2021, os acionistas do Banco Santander aprovaram a cisão parcial da Companhia, que resultará na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet ("Cisão Parcial"). Com a efetivação da cisão, os acionistas do Banco Santander se tornarão acionistas diretos na Getnet na proporção de suas participações no capital social do Banco Santander e as ações e Units do Banco Santander passam a ser negociadas com direito a receber as ações e Units emitidas pela Getnet até a data de corte a ser determinada e divulgada ao mercado por meio de Aviso aos Acionistas. A data de corte será determinada pelo Banco Santander em conjunto com a B3 após (a) a obtenção pela Getnet (i) do registro de companhia aberta; (ii) do deferimento de sua listagem e admissão à negociação das ações Getnet e Units Getnet na B3; (iii) do registro das Units Getnet e das ações Getnet perante a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (Securities and Exchange Commission) e (iv) da listagem dos American Depositary Shares ("ADSs") da Getnet na NASDAQ; e (b) da homologação da Cisão Parcial pelo Banco Central do Brasil.

Como resultado da Cisão, o Banco Santander tem o seu capital social reduzido no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o seu capital social de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 12 de março de 2020, passando o Banco Santander a deter 100% do capital social das empresas Paytec.

c) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil, que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

d) Alienação dos Investimentos na Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A se retirou do quadro de acionistas das empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 e R\$ 14.770, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A., a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 60% do capital social da Toro Controle. A Toro Controle é uma holding que, em última instância, controla a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Toro Investimentos S.A. (em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

f) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2020. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

g) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição, pelo Banco, das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direto da Toque Fale e detentor de 100% do seu capital.

h) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A..

Em 28 de fevereiro de 2020 foi realizada a venda da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, a Companhia deixou de ser acionista da Superdigital.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

j) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé).

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil e estão pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como Hedge”, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

	31/03/2021				
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado				Total
Reservas no Banco Central do Brasil	53.166.483	-	-	-	53.166.483
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	120.991	-	85.416.750
Sendo:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	120.991	-	85.425.636
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(8.886)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	422.181.194
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	-	446.799.808
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(24.618.614)
Instrumentos de dívida	-	68.256.331	-	104.475.957	54.275.049
Sendo:					
Instrumentos de dívida, bruto	-	68.256.331	-	104.475.957	55.947.533
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.672.484)
Instrumentos de patrimônio	3.273.898	1.841.009	396.516	46.577	-
Derivativos	-	33.196.880	-	-	-
Total	56.440.381	103.294.220	517.507	104.522.534	826.647.635

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2020

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	57.354.806	-	-	-	57.354.806
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	112.849.776	112.849.776
Sendo:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	112.858.840	112.858.440
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	(9.064)	(9.064)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	60.808	-	393.707.229	393.768.037
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	60.808	-	417.761.218	417.822.026
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	(24.053.989)	(24.053.989)
Instrumentos de dívida	3.545.660	68.520.799	-	109.668.214	230.102.464
Sendo:					
Instrumentos de dívida, bruto	3.545.660	68.520.799	-	109.668.214	232.157.491
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	(2.055.027)	(2.055.027)
Instrumentos de patrimônio	-	1.818.276	438.912	72.173	2.329.361
Derivativos	-	28.127.157	-	-	28.127.157
Total	60.900.466	98.466.232	499.720	109.740.387	824.531.601

(1) Em 31 de março de 2021, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 51.710 (31/12/2020 - R\$59.820) e R\$ 51.509 (31/12/2020 - R\$59.713) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 31 de março de 2021, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito e Adiantamentos a Clientes" nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Saldo no início do período	26.365.268	22.625.750
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	3.802.081	3.629.873
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(3.867.365)	(3.432.986)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	26.299.984	22.822.636
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	774.871	698.706
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	27.074.855	23.521.342
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	228.866	154.988

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado" (anteriormente classificada como Perdas com empréstimos e recebíveis) totalizavam R\$3.573.215 e R\$ 3.474.885 nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e adiantamentos a clientes" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020 são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Saldo no início do período	22.985.983	23.426.076
Adições líquidas	3.338.275	3.574.090
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(3.173.465)	(3.530.839)
Saldo no final do período	23.150.793	23.469.327

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Provisões para compromissos contingentes

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e de 2020.

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Saldo no início do período	724.780	683.917
Constituição (Reversão) de provisão para compromissos contingentes	50.091	14.789
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	774.871	698.706

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %			
			31/03/2021	31/12/2020		
Controle conjunto do Banco Santander						
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%		
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%		
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%		
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%		
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%		
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%		
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%		
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%		
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%		
	31/03/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	13.400.960	13.372.311	17.128	12.900.571	11.255.396	51.847
Banco RCI Brasil S.A.	12.050.791	12.023.362	27.431	11.620.304	10.255.995	99.951
Norchem Participações e Consultoria S.A.	-	-	-	70.475	27.781	534
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.562	39	-	11.562	39	148
Gestora de Inteligência de Crédito	1.229.371	1.240.938	(11.568)	1.126.424	933.115	(45.410)
Santander Auto S.A.	109.236	107.971	1.265	71.807	38.466	(3.376)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.533.632	2.508.644	24.988	2.952.308	1.692.770	68.469
Webmotors S.A.	275.783	267.930	7.853	512.687	78.856	21.529
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.253.269	2.236.032	17.237	2.435.377	1.612.822	46.735
Hyundai Corretora de Seguros	2.515	2.362	152	2.076	251	(43)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.065	2.319	(254)	2.168	841	247
Influência Significativa do Banco Santander	-	-	-	126.877	29.391	(225)
Norchem Holding e Negócios S.A.	-	-	-	126.877	29.391	(225)
Total	15.934.592	15.880.955	42.116	15.979.756	12.977.557	120.091

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Investimentos		Resultado	
	31/03/2021	31/12/2020	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Controle conjunto do Banco Santander	627.842	590.219	7.426	19.743
Banco RCI Brasil S.A.	585.403	544.236	10.942	22.853
Norchem Participações e Consultoria S.A.	-	-	-	164
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.273	1.273	-	20
Gestora de Inteligência de Crédito	24.532	28.680	(4.148)	(3.033)
Campo Grande Empreendimentos	255	255	-	-
Santander Auto S.A.	16.379	15.775	632	(261)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	519.649	504.766	23.142	10.372
Webmotors S.A.	322.094	316.597	5.497	8.351
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	195.794	186.357	17.696	1.853
Hyundai Corretora de Seguros	1.120	1.044	76	(44)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	641	768	(127)	212
Influência Significativa do Banco Santander	-	-	-	10
Norchem Holding e Negócios S.A.	-	-	-	10
Total	1.147.491	1.094.985	30.568	30.125

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/03/2021 a posição de 29/02/2021.
- (2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.
- (6) Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (“CIBRASEC”), correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845.611,54. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020:

	01/01 a 31/03/2021		01/01 a 31/03/2020	
	Controle conjunto	Influência Significativa	Controle conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	1.094.985	-	1.049.510	21.252
Ajuste ao Valor de Mercado	30.224	-	(8.378)	-
Adições/Baixas	(28)	-	(2.625)	-
Resultados equivalência patrimonial	30.568	-	30.115	10
Dividendos propostos/recebidos	(8.259)	-	(8.748)	-
Saldo no final do exercício	1.147.491	-	1.059.874	21.262

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31 de março de 2021 e 2020.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.888.277	1.538.102	3.671.674	2.451.198	(12.140)	9.537.111
Adições	-	-	179.271	102.035	-	281.306
Baixas	(1.005)	(518.068)	(52.039)	(48.010)	-	(619.122)
Depreciações do período	(28.800)	(147.057)	(207.271)	(145.190)	-	(528.318)
Impairment / Reversão no período	566	-	29.685	-	396	30.647
Transferências	(95)	34.613	(41.828)	-	1	(7.309)
Saldos em 31 de março de 2021	1.858.943	907.590	3.579.492	2.360.033	(11.743)	8.694.315
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.997.033	1.307.110	3.948.795	2.526.965	2.053	9.781.956
Adições	8.197	189.158	129.190	80.557	-	407.102
Baixas	(4.438)	(28.709)	(2.249)	(68.439)	-	(103.835)
Depreciações do período	(23.735)	(123.280)	(200.095)	(146.308)	-	(493.418)
Impairment / Reversão no período	-	-	5.224	-	-	5.224
Transferências	(5.834)	(1.607)	(30.406)	-	(806)	(38.653)
Saldos em 31 de março de 2020	1.971.223	1.342.672	3.850.459	2.392.775	1.247	9.558.376

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No trimestre findo em 31 de março de 2021 não houve impacto de uma despesa de impairment (31/03/2020 – despesa de impairment de R\$14,4 milhões).

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2021, o Banco possui R\$78,2 milhões em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2020 – R\$0).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.v.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2020. Ao longo do primeiro trimestre de 2021, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	31/03/2021	31/12/2020
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.215.749
Olé Consignado	62.800	62.800
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Getnet S.A.	-	1.039.304
Return Capital Serviços e Recuperação de Créditos S.A.	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	9.510	-
Total	27.332.159	28.360.137

Banco Comercial 31/12/2020

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável

Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	4,3%
Taxa de desconto (2)	12,4%

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2020 foi de 19,56%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do segundo semestre de 2020. O ágio é testado para fins de impairment ao final de cada exercício ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável. No período findo em 31 de março de 2021, não houve evidências de impairment que levassem à necessidade de atualização do teste efetuado em 2020 antes de sua realização regular.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2020 a 31/03/2021			31/12/2019 a 31/03/2020		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	2.367.388	38.973	2.406.361	2.178.691	42.093	2.220.784
Adições	471.939	9.794	481.733	163.403	1.696	165.099
Baixas	(536.238)	(7.858)	(544.096)	(28.908)	(7.391)	(36.299)
Transferências	(4.727)	(795)	(5.522)	(36.747)	(368)	(37.115)
Amortizações no Período	(143.379)	(1.655)	(145.034)	(123.760)	(1.590)	(125.350)
Impairment no Período (1)	-	-	-	174	-	174
Saldo final	2.154.983	38.459	2.193.442	2.152.853	34.440	2.187.293
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

(1) Em 2021 e 2020, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

					31/03/2021
	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Total	
	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		Mensurados ao Valor Justo no Resultado		
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	162.213.018	162.213.018	
Depósitos de clientes	-	-	441.536.293	441.536.293	
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	55.806.147	55.806.147	
Derivativos	37.438.039	-	-	37.438.039	
Posições vendidas	39.940.661	-	-	39.940.661	
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	14.621.611	14.621.611	
Outros passivos financeiros	-	7.217.801	49.680.687	56.898.488	
Total	77.378.700	7.217.801	723.857.756	808.454.257	

					31/12/2020
	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	Total	
	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		Mensurados ao Valor Justo no Resultado		
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	131.656.962	131.656.962	
Depósitos de clientes	-	-	445.813.972	445.813.972	
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	56.875.514	56.875.514	
Derivativos	31.835.344	-	-	31.835.344	
Posições vendidas	45.807.946	-	-	45.807.946	
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	13.119.660	13.119.660	
Outros passivos financeiros	-	7.038.467	59.822.683	66.861.150	
Total	77.643.290	7.038.467	707.288.791	791.970.548	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos à vista (1)	237.373	296.340
Depósitos a prazo (2)	92.264.201	76.489.490
Operações compromissadas	69.711.444	54.871.132
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	12.304.597	13.843.463
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	57.406.848	41.027.669
Total	162.213.018	131.656.962

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	97.604.411	97.760.548
Contas correntes (1)	35.075.126	35.550.105
Cadernetas de poupança	62.529.285	62.210.443
Depósitos a prazo	250.490.168	269.929.085
Operações compromissadas	93.441.714	78.124.340
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	2.551.511	14.944.250
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	90.890.203	63.180.090
Total	441.536.293	445.813.972

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2021	31/12/2020
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	16.722.886	18.846.138
Eurobonds	12.546.835	9.399.277
Letras financeiras (2)	11.416.135	12.749.911
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	14.128.834	14.746.831
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	991.456	1.133.356
Total	55.806.147	56.875.514

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2027 (31/12/2020 – com prazo de vencimento entre 2020 e 2026).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2026 (31/12/2020 - com prazo de vencimento entre 2020 e 2025).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023 (31/12/2020 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 31 de março de 2021 e de 2020 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Saldo no início do período	56.875.514	74.626.232
Emissões	24.043.469	21.315.694
Pagamentos	(26.614.049)	(22.955.878)
Juros	469.255	899.755
Variação cambial e outros	1.031.960	2.204.933
Saldo no final do período	55.806.147	76.090.736

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/03/2021 Total	31/12/2020 Total
Eurobonds	2017	2020	USD	4,4%	-	14.469
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	-	853.929
Eurobonds	2018	2024	USD	Até 9%	-	1.625.192
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.991.201	1.720.187
Eurobonds	2019	2027	USD	0,044	676.395	1.279.506
Eurobonds	2020	2021	USD	CDI + 1,9%	-	170.257
Eurobonds	2020	2021	USD	0% a 4,4%	2.008.422	3.252.482
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI + 1,9%	-	121.926
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4,4%	300.249	16.923
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 8%	-	22.888
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%	-	223.435
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	441.582	-
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%	-	98.082
Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%	47.637	-
Eurobonds	2021	2021	USD	0% a 4,4%	517.934	-
Eurobonds	2021	2021	USD	CDI + 2,65%	501.100	-
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	166.307	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	330.093	-
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%	333.717	-
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%	2.564.263	-
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%	2.322.579	-
Eurobonds	2021	2031	USD	CDI+6,4%	345.357	-
Total					12.546.835	9.399.276

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	31/03/2021	31/12/2020
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,3%	7.326.718	6.554.451
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,1%	7.294.893	6.565.209
Total					14.621.611	13.119.660

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

Estes instrumentos foram adquiridos na sua emissão, substancialmente, pelo Banco Santander Espanha (Nota 16.d).

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Saldos no início do período	13.119.660	10.175.961
Juros Nível I (1)	125.712	114.710
Juros Nível II (1)	106.631	97.377
Variação Cambial	1.269.608	2.953.951
Saldo no final do período	14.621.611	13.341.999

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/03/2021	31/12/2020
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.978.455	3.929.265
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	9.171.201	9.885.713
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	8.056.628	8.648.892
Sendo:		
Cíveis	2.993.930	3.429.155
Trabalhistas	2.711.420	2.886.990
Fiscais e Previdenciárias	2.351.278	2.332.747
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	774.871	724.779
Provisões diversas	339.206	511.546
Total	13.149.656	13.814.978

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e Cofins** - R\$4.003.779 (31/12/2020 - R\$3.993.873): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$927.420 (31/12/2020 - R\$924.457): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso de Apelação. Em 08 de dezembro de 2020, a apelação foi julgada, mantendo-se a sentença de primeiro grau. Contra esta decisão, foram opostos Embargos de Declaração. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$50.607 (31/12/2020 - R\$51.409) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
- **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$273.862 (31/12/2020 - R\$263.183): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 10.b.4 – Risco de Perda Possível).

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa, segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração ou, alternativamente, PLR, aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. A ação foi julgada procedente pelo Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que, por decisão monocrática, indeferiu o apelo. Uma ação rescisória foi proposta para desconstituir a decisão da ação principal e suspender a execução. Há uma decisão liminar vigente que autoriza a realização de atos executórios necessários para dar prosseguimento à execução até a penhora, ficando, no entanto, vedados quaisquer atos de apreensão de bens ou bloqueio de numerário até o julgamento da ação rescisória. Em 31 de março de 2021, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
- **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, foi determinada a suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão, por dois anos da homologação do acordo.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos. A homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$27.174 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$6.132 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2021, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.720 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2021, o valor era de aproximadamente R\$5.267 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de março de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.443 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2021, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$1.467 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2021, o valor era de R\$1.074 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de março de 2021, o valor era de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

aproximadamente R\$647 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2021, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$489 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$224 milhões, excluindo os processos abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.706 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$0, R\$0 e R\$496 (31/12/2020 - R\$0, R\$0 e R\$496), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. (“Getnet”), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2021			Em Milhares de Ações 31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	106.476	132.058	238.534	109.885	135.438	245.323
De Domiciliados no Exterior	3.712.219	3.547.778	7.259.997	3.708.810	3.544.398	7.253.208
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(15.821)	(15.821)	(31.642)	(18.829)	(18.829)	(37.658)
Total em Circulação	3.802.874	3.664.015	7.466.889	3.799.866	3.661.007	7.460.873

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

		31/12/2020					
Em milhares de Reais		Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965	83,6224	91,9846	175,6070
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.000.000	127,7636	140,5400	268,3036	108,5991	119,4590	228,0580
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	665.000	84,9626	93,4589	178,4214	72,2182	79,4400	151,6582
Dividendos (6)(5)	512.085	65,4257	71,9683	137,3940	65,4257	71,9683	137,3940
Total	3.837.085						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	31/03/2021	31/12/2020
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	18.829	16.702
Aquisições de Ações	6	5.052
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(3.014)	(2.925)
Ações em Tesouraria no Final do Período	15.821	18.829
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	707.999	R\$789.587
Custos de Emissão em Milhares de Reais	1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	709.770	R\$791.358
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado (*)	33,78	R\$33,24
Custo Máximo (*)	49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	39,60	R\$44,83

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Resultado Operacional antes da tributação	5.241.541	(6.325.770)
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(2.358.693)	2.846.597
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(280.051)	(145.977)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	32.447	13.556
Ágio	(461.771)	(50.047)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	836.735	6.418.524
Juros sobre o capital próprio	5.490	8.520
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	(457.210)	21.415
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	276.034	408.538
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	108.091	144.655
Outros ajustes	1.120.354	526.257
Impostos sobre a renda	(1.178.574)	10.192.038
Sendo:		
Impostos correntes	(1.263.826)	(795.698)
Impostos diferidos	85.252	10.987.736
Impostos pagos no período	-	(1.016.604)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.
- (2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).
- (3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.
- (4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determina que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e de 2020.

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC(1)	5.015	18.586.046
Perdas com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	(7.409)	(31.411.700)
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	345	526.883
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	2.050	12.298.771

- (1) O Banco Santander manteve investimento em subsidiária no exterior chamada Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A., o qual foi dissolvido e liquidado em 15 de dezembro de 2020 (vide nota 2.c).

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Remuneração direta	1.435.974	1.482.086
Encargos	310.977	336.738
Benefícios	336.354	356.083
Planos de pensão de benefício definido	2.220	2.769
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	58.127	45.356
Remuneração baseada em ações	(9.601)	7.377
Treinamento	10.578	15.598
Outras despesas de pessoal	59.921	54.589
Total	2.204.550	2.300.596

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Imóveis, instalações e materiais	185.311	185.028
Tecnologia e sistemas	631.210	500.389
Publicidade	113.086	127.073
Comunicações	93.965	163.506
Ajudas de custo e despesas de viagem	14.472	28.971
Tributos exceto imposto sobre a renda	67.188	25.552
Serviços de vigilância e transporte de valores	148.462	161.216
Prêmios de seguros	4.523	3.743
Serviços técnicos especializados	520.661	536.535
Outras despesas administrativas	211.649	155.835
Total	1.990.527	1.887.848

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023
		01/2020 a 12/2022 2019 a 2023	03/2023 e 03/2024
Locais	Ações do Santander (Brasil)		2022 e 2023
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2021
		01/2019 a 12/2021	03/2022 e 03/2023	R\$ 4.916.667 (*)	R\$ 4.916.667 (*)
		01/2020 a 12/2022 2019 a 2023	03/2023 e 03/2024	R\$ 9.440.000 (*)	R\$ 9.440.000 (*)
Locais	Ações do Santander (Brasil)		2022 e 2023	841.446 SANB11	841.446 SANB11
					318.478 SAN
	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2020 a 12/2022	03/2023 e 03/2025	1.664.983 opções s/ SAN	1.664.983 opções s/ SAN
Globais				318.478 SAN	318.478 SAN
				14.356.667 R\$	14.356.667 R\$
				841.446 SANB11	841.446 SANB11
				318.478 SAN	318.478 SAN
				1.664.983 opções s/ SAN	1.664.983 opções s/ SAN
Saldo dos Planos em 31 de março de 2021				1.664.983 opções s/ SAN	1.664.983 opções s/ SAN

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Programa	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Locais	Ações do Santander (Brasil)	4.846	458
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	952	846

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020	01/01 a 31/02/2021	01/01 a 31/03/2020
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	14.384	4.851	14.212	3.453
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	2.706	1.263	2.789	1.256

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2021			01/01 a 31/03/2020		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	11.135.184	738.656	11.873.840	10.844.671	592.112	11.436.783
Receitas de instrumentos de patrimônio	1.517	(1)	1.516	748	1.648	2.396
Resultado de equivalência patrimonial	22.573	7.995	30.568	22.269	7.856	30.125
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.519.128	537.236	4.056.364	3.777.391	467.560	4.244.951
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(2.410.902)	897.763	(1.513.139)	(13.491.435)	401.231	(13.090.204)
Outras receitas (despesas) operacionais	(199.335)	(33.981)	(233.316)	(245.918)	(7.782)	(253.700)
TOTAL DE RECEITAS	12.068.164	2.147.669	14.215.833	907.727	1.462.624	2.370.351
Despesas com pessoal	(2.024.319)	(180.231)	(2.204.550)	(2.114.747)	(185.849)	(2.300.596)
Outras despesas administrativas	(1.842.235)	(148.293)	(1.990.528)	(1.762.352)	(125.496)	(1.887.848)
Depreciação e amortização	(651.026)	(22.326)	(673.352)	(597.619)	(21.150)	(618.769)
Provisões (líquidas)	(575.454)	4.087	(571.367)	(627.802)	(2.004)	(629.806)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.772.073)	198.858	(3.573.215)	(3.494.198)	20.038	(3.474.160)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(9.135)	(56)	(9.191)	11.126	(13.503)	(2.377)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	47.911	-	47.911	217.435	-	217.435
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	3.241.833	1.999.708	5.241.541	(7.460.429)	1.134.659	(6.325.770)
Hedge Cambial (1)	2.394.257	-	2.394.257	12.825.654	-	12.825.654
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	5.636.090	1.999.708	7.635.798	5.365.225	1.134.659	6.499.884

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

	31/03/2021			31/12/2020		
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	842.571.930	102.228.899	944.800.829	839.962.420	96.239.065	936.201.485
Empréstimos e adiantamentos a clientes	341.095.556	81.206.629	422.302.185	317.553.409	76.214.628	393.768.037
Depósitos de clientes	322.903.456	118.632.837	441.536.293	322.328.033	123.485.939	445.813.972

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2021 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o primeiro trimestre de 2021, no montante de até R\$433.940, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 30 de abril de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2021	01/01 a 31/03/2020
Remuneração Fixa	22.583	21.674
Remuneração variável - Em espécie	44.715	44.532
Remuneração variável - Em ações	45.991	35.607
Outras	12.433	11.353
Total Benefícios de Curto Prazo	125.723	113.166
Remuneração variável - Em espécie	62.933	64.916
Remuneração variável - Em ações	65.111	46.597
Total Benefícios de Longo Prazo	128.044	111.513
Total	253.767	224.679

(1) No primeiro semestre de 2019, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.

(2) Refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e despesa diferida de exercícios anteriores, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$8.006 (31/03/2020 - R\$7.166).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

						Em Milhares de Ações 31/03/2021
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	5.058	0,1%	5.058	0,1%	10.116	0,1%
Outros	357.645	9,4%	385.450	10,5%	743.095	9,9%
Total em Circulação	3.802.874	99,6%	3.664.015	99,6%	7.466.889	99,6%
Ações em Tesouraria	15.821	0,4%	15.821	0,4%	31.642	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	357.645	9,4%	385.450	10,5%	743.095	9,9%

						Em Milhares de Ações 31/12/2020
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Funcionários	2.046	0,1%	2.046	0,1%	4.092	0,1%
Administradores (*)	4.034	0,1%	4.034	0,1%	8.067	0,1%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	7.460.873	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	31/03/2021			31/12/2020		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	10.529.702	3.433.684	(8.587)	2.966.012	3.589.575	8.962.950
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(2.331.638)	-	(1.227.068)	(1.326.965)	-	(2.527.296)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(2.331.638)	-	-	(1.326.965)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	-	-	(211.154)
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado (3)	-	-	(2.361.347)	-	-	(2.316.142)
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	1.134.279	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	12.855.042	3.431.153	119.764	4.240.680	3.587.028	10.446.557
Banco Santander, S.A. - Espanha (1) (4)	12.855.042	-	-	4.240.680	-	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda	-	-	113	-	-	113
Santander Digital Assets, SL	-	-	8.105	-	-	8.105
Santander Bank, National Association	-	-	-	-	-	10.315.450
Banco Santander Totta, S.A. (3)	-	-	3.641	-	-	1.250
Santander Bank Polska S.A. (3)	-	-	393	-	-	171
Santander UK plc	-	-	63.032	-	-	92.703
Banco Santander, S.A. – México (3)	-	-	44.285	-	-	27.993
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.431.153	-	-	3.587.028	-
Hyundai Corretora de Seguros Ltda	-	-	3	-	-	3
Santander Merchant Platform Soluções Tecnológicas Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	45
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A	-	-	-	-	-	532
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192	-	-	192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	224	-	1.051.813	-	-	998.063
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	848.534	-	-	823.467
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	81.708	-	-	57.081
Banco Santander, S.A. - Espanha (2)	224	-	-	-	-	224
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169	-	-	169

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores		
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.						
Webmotors S.A.	-	-	18.455	-	-	18.455
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	66.667	-	-	66.667
Loop Gestão de Patios S.A.	-	-	11.441	-	-	11.966
Pessoal Chave da Administração (6)	-	-	24.694	-	-	19.889
Outros ativos	6.074	2.531	35.828	52.297	2.547	34.589
Banco Santander, S.A. - Espanha	6.074	-	-	52.297	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.531	-	-	2.547	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	35.828	-	-	34.589
Garantias e Limites	-	-	11.076	-	-	11.038
Pessoal Chave da Administração (6)	-	-	11.076	-	-	11.038
Passivo	(31.796.526)	(160.176)	(1.414.484)	(24.084.795)	(226.046)	(1.779.587)
Depósitos de instituições de crédito	(17.118.945)	(160.176)	(8.608)	(10.456.623)	(226.046)	(37.214)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(17.118.945)	-	-	(10.456.623)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(5.437)	-	-	(36.390)
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	-	(3.171)	-	-	(824)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(160.176)	-	-	(226.046)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(121.808)	-	-	(117.368)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(121.808)	-	-	(117.368)
Depósitos de clientes	-	-	(873.669)	-	-	(869.888)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (2) (5)	-	-	(42.109)	-	-	(64.836)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(336)	-	-	(335)
Webmotors S.A.	-	-	(1.703)	-	-	(1.411)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(594.136)	-	-	(581.543)
Santander Brasil Asset (3)	-	-	-	-	-	(100)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(149.257)	-	-	(149.257)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(52.478)	-	-	(36.762)
Outros	-	-	(33.650)	-	-	(35.644)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	(508.491)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	-	-	-	(195)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (2)	-	-	-	(239.890)	-	-
Sterrebeeck B.V. (2)	-	-	-	(268.406)	-	-
Outras obrigações	(55.970)	-	(410.398)	(21)	-	(755.117)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(55.970)	-	-	(21)	-	-
Santander Brasil Asset (3)	-	-	-	-	-	(95)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(9.061)	-	-	(9.373)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	(46.303)	-	-	(78.686)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(233.176)	-	-	(633.276)
Outros	-	-	(121.858)	-	-	(33.687)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(14.621.611)	-	-	(13.119.660)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(14.621.611)	-	-	(13.119.660)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) A maior parte do saldo se refere a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 1 de abril de 2021 e juros de até 0,09% a.a. entre o Banco Santander Brasil e Banco Santander New York.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(3) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(4) Em 31 de março de 2021, refere-se a disponibilidades no valor de R\$1.044.259 (31/12/2020 - R\$2.459.371).

(5) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(6) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

	01/01 a 31/03/2021			01/01 a 31/03/2020		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	4.167.871	44.541	349.245	(565.478)	55.853	(280.939)
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	1.129	36.515	16.340	10.614	53.908	295
Banco Santander, S.A. - Espanha	1.129	-	-	10.614	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	36.515	-	-	53.908	-
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	15.806	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	534	-	-	295
Garantias e Limites	-	-	19	-	-	11
Pessoal Chave da Administração	-	-	19	-	-	11
Despesas com juros e similares - Depósitos de Clientes	-	-	(1.651)	-	(2)	(6.682)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(2)	-	-	(2.032)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(339)	-	-	(3.275)
Webmotors S.A.	-	-	-	-	(2)	-
Outros	-	-	(30)	-	-	(11)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(1.279)	-	-	(1.364)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(13.833)	(1.343)	(3.012)	(513.676)	(1.090)	(21.069)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(13.833)	-	-	(513.676)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(1.343)	-	-	(1.090)	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(3.012)	-	-	(5.549)
SAM Brasil Participações	-	-	-	-	-	(1)
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado	-	-	-	-	-	(13.538)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	-	-	(1.806)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	-	-	-	(175)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	-	9.369	748.413	(1.840)	2.930	552.540
Banco Santander, S.A. - Espanha	-	-	-	(1.840)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	9.369	-	-	2.874	-
Banco Santander International	-	-	11.496	-	-	11.945
Webmotors S.A.	-	-	-	-	56	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	88.059	-	-	56.973
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	648.580	-	-	473.413
Pessoal Chave da Administração	-	-	71	-	-	104
Outros	-	-	207	-	-	10.105

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais

Líquidas	4.465.595	-	180	170.746	107	(391.971)
Banco Santander, S.A. - Espanha	4.465.595	-	-	170.746	-	-
Santander FI Santillana Multimercado Crédito Privado	-	-	(43.850)	-	-	(403.601)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(4.225)	-	-	(1.510)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	52.978	-	-	10.626
Outros	-	-	(4.778)	-	107	2.486
Pessoal Chave da Administração	-	-	55	-	-	28
Despesas administrativas e amortização	(55.949)	-	(406.434)	(44.482)	-	(409.433)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(55.949)	-	-	(44.482)	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(1)	-	-	(7)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(15.902)	-	-	(7.632)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	-	-	-	(94.843)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.	-	-	(10.992)	-	-	(12.096)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(119.984)	-	-	(63.956)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(253.767)	-	-	(224.679)
Outros	-	-	(5.788)	-	-	(6.220)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(229.071)	-	-	(186.840)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(229.071)	-	-	(186.840)	-	-
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(4.610)	-	-	(4.630)
Fundação Santander	-	-	(410)	-	-	(530)
Fundação Sudameris	-	-	(4.200)	-	-	(4.100)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apuração dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de março de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2021			
	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	443.771	53.166.483	2.830.127	56.440.381
Instrumentos de dívida	443.771	-	2.830.127	3.273.898
Reservas no Banco Central do Brasil		53.166.483		53.166.483
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	69.950.855	32.382.567	960.798	103.294.220
Instrumentos de dívida	68.211.025	10.374	34.932	68.256.331
Instrumentos de patrimônio	1.739.830	97.205	3.974	1.841.009
Derivativos		32.274.988	921.892	33.196.880
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	115.033	402.474	517.507
Instrumentos de patrimônio	-	57.121	339.395	396.516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	57.912	63.079	120.991
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	101.107.273	2.109.376	1.305.885	104.522.534
Instrumentos de dívida	101.105.917	2.101.225	1.268.815	104.475.957
Instrumentos de patrimônio	1.356	8.151	37.070	46.577
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	976.093	-	976.093
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	76.466.424	912.276	77.378.700
Derivativos		36.525.763	912.276	37.438.039
Posições vendidas		39.940.661		39.940.661
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.217.801	-	7.217.801
Outros Passivos Financeiros	-	7.217.801	-	7.217.801
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	3.049	-	3.049

	31/12/2020			
	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	588.778	57.354.806	2.956.882	60.900.466
Instrumentos de dívida	588.778	-	2.956.882	3.545.660
Reservas no Banco Central do Brasil	-	57.354.806	-	57.354.806
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	70.139.962	27.508.722	817.548	98.466.232
Instrumentos de dívida	68.461.854	11.848	47.097	68.520.799
Instrumentos de patrimônio	1.678.108	128.251	11.917	1.818.276
Derivativos	-	27.368.623	758.534	28.127.157
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	217.569	282.151	499.720
Instrumentos de patrimônio	-	185.790	253.122	438.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	31.779	29.029	60.808
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	106.456.132	1.987.234	1.297.021	109.740.387
Instrumentos de dívida	106.454.645	1.953.504	1.260.065	109.668.214
Instrumentos de patrimônio	1.487	33.730	36.956	72.173
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	743.463	-	743.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	76.890.170	753.121	77.643.291
Derivativos	-	31.082.223	753.121	31.835.344
Posições vendidas	-	45.807.947	-	45.807.947
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.038.467	-	7.038.467
Outros Passivos Financeiros	-	7.038.467	-	7.038.467
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	144.594	-	144.594

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 31 de março de 2021 e de 2020 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/03/2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.956.882	139.786	-	(266.541)	2.830.127
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	817.548	193.070	(27.670)	(22.150)	960.798
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	282.151	20.889	63.673	35.760	402.473
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.297.021	11.890	7.601	(10.627)	1.305.885
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	753.121	207.117	(62.871)	14.909	912.276

	Valor Justo 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.627.405	83.832	(239.512)	485.157	2.956.882
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	715.548	502.596	(231.468)	(169.128)	817.548
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	27.749	100.091	125.282	29.029	282.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	951.966	(21.677)	(197.098)	563.830	1.297.021
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	564.757	500.159	(406.971)	95.176	753.121
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/03/2021 Nível 3
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	30.868.413	30.868.413	30.868.413	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	85.416.750	85.416.750	-	59.814.600	25.602.150
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	422.181.194	419.443.845	-	2.845.662	416.598.183
- Instrumentos de dívida	54.275.049	55.435.273	12.830.664	12.373.917	30.230.692
Total	592.741.406	591.164.281	43.699.077	75.034.179	472.431.025

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2020 Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	20.148.725	20.148.725	20.148.725	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	112.849.776	112.849.776	-	59.492.738	53.357.038
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	393.707.229	396.878.319	-	4.530.041	392.348.278
- Instrumentos de dívida	48.367.791	49.963.947	4.425.723	17.486.057	28.052.167
Total	575.073.521	579.840.767	24.574.448	81.508.836	473.757.483

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/03/2021 Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	162.213.018	162.213.018	-	73.960.371	88.252.647
Depósitos de clientes	441.536.293	441.506.939	-	56.698.287	384.808.652
Obrigações por títulos e valores mobiliários	55.806.147	55.377.438	-	-	55.377.438
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.621.611	14.621.611	-	-	14.621.611
Outros passivos financeiros	49.680.687	49.680.687	-	-	49.680.687
Total	723.857.756	723.399.693	-	130.658.658	592.741.035

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2020 Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	131.656.962	131.654.431	-	58.579.090	73.075.341
Depósitos de clientes	445.813.972	445.856.090	-	55.096.002	390.760.088
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56.875.514	57.265.307	-	-	57.265.307
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	59.822.683	59.822.683	-	-	59.822.683
Total	707.288.791	707.718.171	-	113.675.092	594.043.080

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.ii.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	13.318.186	16.357.668	14.729.642	18.327.611
Prêmios de Opções a Exercer	2.256.816	2.497.603	4.974.618	4.926.994
Contratos a Termo e Outros	18.597.971	18.585.817	9.166.361	8.725.333
Total	34.172.973	37.441.088	28.870.621	31.979.938

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor Referencial (1)	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor Justo
Negociação				
Swap	689.806.168	(3.039.482)	398.925.842	(3.597.969)
Ativo	341.977.286	13.318.186	278.752.387	14.729.642
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	60.348.449	1.159.805	41.316.315	3.010.880
Taxa de Juros Pré - Reais	72.560.505	8.598.372	54.159.848	9.607.342
Indexados em Índices de Preços e Juros	4.605.470	1.200.287	5.124.411	-
Moeda Estrangeira	205.931.737	1.591.188	178.076.136	1.039.529
Outros	(1.468.875)	768.534	75.676	1.071.891
Passivo	347.828.882	(16.357.668)	120.173.455	(18.327.611)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	39.450.287	(138.563)	33.239.801	(13.693.733)
Taxa de Juros Pré - Reais	67.774.246	(10.497.496)	45.088.689	(2.772.479)
Indexados em Índices de Preços e Juros	1.820.153	(168.892)	33.026.692	(450.958)
Moeda Estrangeira	238.784.197	(5.552.717)	6.636.885	153.695
Outros	-	-	2.181.388	(1.564.135)
Opções	1.094.999.048	(240.787)	2.043.286.085	47.624
Compromissos de Compra	529.787.119	2.256.816	1.006.266.897	4.974.618
Opções de Compra Moeda Estrangeira	8.203.930	404.568	1.188.387	39.202
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.026.609	36.936	1.948.673	109.075
Opções de Compra Outras	50.535.421	576.102	134.761.947	1.093.583
Mercado Interfinanceiro	46.787.211	528.163	101.421.659	556.039
Outras (2)	3.748.209	47.939	33.340.288	537.544
Opções de Venda Outras	467.021.159	1.239.211	868.367.889	3.732.758
Mercado Interfinanceiro	464.696.980	924.349	864.852.555	3.729.297
Outras (2)	2.324.179	314.861	3.515.334	3.461
Compromissos de Venda	565.211.929	(2.497.603)	1.037.019.188	(4.926.995)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.333.976	(10.218)	1.537.670	699.243
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.343.321	(126.498)	2.315.919	(192.335)
Opções de Compra Outras	83.780.851	(1.528.672)	130.919.394	(453.919)
Mercado Interfinanceiro	75.683.466	(1.525.240)	120.156.285	(464.405)
Outras (2)	8.097.385	(3.432)	10.763.109	10.486
Opções de Venda Outras	469.753.781	(832.215)	902.246.205	(4.979.984)
Mercado Interfinanceiro	464.362.349	(832.148)	869.328.317	(4.597.427)
Outras (2)	5.391.432	(67)	32.917.888	(382.557)
Contratos de Futuros	160.404.532	-	270.258.565	-
Posição Comprada	605.945	-	110.275.866	-
Cupom Cambial (DDI)	-	-	12.438.695	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	430.778	-	97.837.171	-
Moeda Estrangeira	175.167	-	-	-
Posição Vendida	159.798.588	-	159.982.699	-
Cupom Cambial (DDI)	48.732.307	-	73.114.014	-

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.				
Taxa de Juros (DI1 e DIA)			70.947.394	- 67.958.767 -
Moeda Estrangeira			39.886.594	- 18.653.658 -
Índice (3)			222.868	- 256.261 -
Treasury Bonds/Notes			9.425	- - -
Contratos a Termo e Outros			187.094.617	12.155 163.040.700 441.028
Compromissos de Compra			97.084.762	18.597.971 96.309.648 9.166.361
Moedas			86.240.019	5.738.473 87.254.202 5.026.567
Outros			10.844.743	12.859.498 9.055.447 4.139.794
Compromissos de Venda			90.009.855	(18.585.817) 66.731.052 (8.725.333)
Moedas			78.730.078	(2.646.222) 64.986.757 (4.846.929)
Outros			11.279.777	(15.939.595) 1.744.295 (3.878.404)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

									Valor Referencial	
						Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação	
				31/03/2021	Contraparte				31/03/2021	
				31/03/2021	31/12/2020				31/03/2021	
	Partes	Instituições								
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total	Total	Até 3	De 3 a	Acima de	Bolsas (2)	Balcão (3)
						Meses	12 Meses	12 Meses		
Swap	40.957.639	140.903.517	160.116.130	341.977.286	278.752.387	48.402.251	89.019.423	204.555.612	89.111.405	252.865.881
Opções	24.237.223	18.764.059	1.051.997.766	1.094.999.048	2.043.286.085	324.533.993	745.109.523	25.355.532	1.074.863.389	20.135.659
Contratos de Futuros	5.255.369	-	155.149.163	160.404.532	270.258.566	59.418.273	49.595.812	51.390.447	160.404.532	-
Contratos a Termo e Outros	63.646.280	84.165.877	39.282.460	187.094.617	163.040.700	99.002.664	51.531.085	36.560.868	27.451.356	159.643.261

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como instrumento de proteção dos créditos correspondente.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva.

	31/03/2021		31/12/2020	
Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Fair Value Hedge				
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(28.549)	-	(2.183.841)	-
Trade Finance Off	(3.137)	-	(5.092)	-
Total	(31.686)	-	(2.188.933)	-
Cash Flow Hedge				
Eurobonds	(465)	-	14.666	-
Trade Finance Off	105.974	-	58.088	-
Títulos Públicos (LFT)	266.064	-	727.437	-
Total	371.573	-	800.190	-

	31/03/2021						31/12/2020					
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
<i>Hedge de Risco de Mercado</i>	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	-	-	55.543.158	58.436.195	41.455.470	58.436.195	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge de Títulos e Valores Mobiliários</i>	-	-	55.543.158	58.436.195	41.455.470	58.436.195	-	-	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	241.851	299.213	6.635.810	6.848.664	5.656.026	6.215.155	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge de Títulos e Valores Mobiliários</i>	199.262	255.724	1.419.078	1.565.453	1.419.078	1.565.453	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053
<i>Hedge de Captações</i>	42.589	43.489	5.216.732	5.283.211	4.236.948	4.649.702	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	-	-	22.887.826	20.871.296	22.887.826	20.871.296	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	-	-	22.887.826	20.871.296	22.887.826	20.871.296	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

				31/03/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Estratégias					
Hedge de Risco de Mercado					
Contratos de Futuros	4.585.532	4.755.390	49.095.273	58.436.195	46.649.331
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	4.585.532	4.755.390	49.095.273	58.436.195	46.649.331
Hedge de Fluxo de Caixa					
Contratos de Swap	2.846.506	1.411.940	2.590.218	6.848.664	1.428.053
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.565.453	-	-	1.565.453	-
Hedge de Captações	1.281.053	1.411.940	2.590.218	5.283.211	1.428.053
Contratos de Futuros	-	20.871.296	-	20.871.296	19.500.234
Hedge de Operações de Crédito	-	20.871.296	-	20.871.296	19.500.234

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$176.932 (31/12/2020 - R\$11.169) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$79.619 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2021		Valor Nominal 31/12/2020	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	4.067.785	569.730	3.483.628	519.670
Total	4.067.785	569.730	3.483.628	519.670

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$1.651 (31/12/2020 – R\$1.506).

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$1.183 (31/12/2020 – R\$6.985).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/03/2021		31/12/2020	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	4.637.515	4.637.515	4.003.298	4.003.298
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	4.637.515	4.637.515	4.003.298	4.003.298
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	-	-	4.003.298	4.003.298

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/03/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.727.829	4.363.666
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.804.652	6.155.276
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.967.734	2.814.274
Total	13.500.215	13.333.215

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedge*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2021.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(22.988)	(450.588)	(901.176)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(726)	(8.368)	(16.736)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.360)	(18.050)	(36.100)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(16)	(5.049)	(10.097)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(8)	(189)	(377)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(36)	(1.243)	(2.485)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(36.890)	(360.842)	(721.685)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(834)	(20.853)	(41.705)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(734)	(18.338)	(36.676)
Total (1)		(66.592)	(883.520)	(1.767.037)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(49.158)	(505.899)	(1.209.951)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(20.813)	(182.738)	(218.219)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(15.599)	(295.271)	(658.963)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(9.199)	(49.523)	(96.124)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.392)	(6.349)	(12.761)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(34.738)	(89.456)	(184.367)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(113)	(2.836)	(5.672)
Total (1)		(135.012)	(1.132.072)	(2.386.057)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos gerenciados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2021	31/12/2020
Fundos sob gestão	2.806.630	2.716.477
Fundos administrados	195.356.797	191.873.169
Total	198.163.428	194.589.646

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$29.653.050 e R\$35.519.498, respectivamente.

e) Efeitos da Pandemia – COVID - 19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

19. Eventos Subsequentes

a. Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 27 de abril de 2021, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, a distribuição de: (I) Dividendos Intercalares, no montante de R\$ 2.800.000.000,00 (dois bilhões e oitocentos milhões de reais) apurado com base no balanço de 31 de março de 2021; e (II) Dividendos Intermediários, no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) com base na Reserva para Equalização de Dividendos da Companhia apurado com base no balanço de 31 de dezembro de 2020, totalizando a distribuição de Dividendos no valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais). Os Dividendos aprovados serão pagos a partir do dia 2 de junho de 2021 e imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2021”

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

	01/01 a 31/03/2021		01/01 a 31/03/2020	
Receitas com juros e similares	16.300.789		18.617.110	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	4.056.364		4.244.951	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.573.215)		(3.474.160)	
Outras Receitas e Despesas	(2.153.891)		(2.967.452)	
Despesas com juros e similares	(4.426.949)		(7.180.327)	
Insumos de Terceiros	(1.911.183)		(1.837.307)	
Material, Energia e Outros	(163.963)		(157.662)	
Serviços de Terceiros	(1.507.385)		(1.488.719)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(9.191)		(2.377)	
Outros	(230.644)		(188.549)	
Valor Adicionado Bruto	8.291.915		7.402.815	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(673.352)		(618.769)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	7.618.563		6.784.046	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	30.568		30.125	
Valor Adicionado Total a Distribuir	7.649.131		6.814.171	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	1.977.643	25,9%	2.056.546	30,2%
Remuneração	1.435.974		1.488.775	
Benefícios	396.702		404.896	
FGTS	102.205		95.754	
Outras	42.762		67.121	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.586.517	20,7%	863.991	12,7%
Federais	173.810.825		656.941	
Estaduais	(489.130)		14	
Municipais	(171.735.178)		207.036	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	21.348	0,3%	27.366	0,4%
Remuneração de Capitais Próprios	4.063.624	53,1%	3.866.268	56,7%
Reinvestimentos de Lucros	4.054.128		3.857.825	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	9.496		8.443	
Total	7.649.131	100,0%	6.814.171	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário de Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2021, elaboradas de acordo com as normas do International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC).

1. Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no primeiro trimestre de 2021, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando agravamento no quadro de contaminação, que culminaram com a retomada de políticas de distanciamento social em várias regiões do globo. O Banco destaca que esta piora ocorreu a despeito da rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença e mesmo que alguns países tenham apresentado rápido progresso em seus programas de imunização. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020, embora com alguma acomodação na margem, em virtude desta “segunda onda” da pandemia. Por esta razão, tornaram-se mais intensos os debates acerca da necessidade não apenas de continuar com os estímulos atuais, mas também o de conceder novos impulsos, como foi o caso da aprovação de um pacote de gastos públicos nos EUA que totalizará US\$1,9 trilhões. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,8 mil pontos no quarto trimestre de 2020 e chegou próximo ao patamar 4,0 mil pontos no primeiro trimestre de 2021.

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19, que também registrou elevação tanto no número de contaminados, quanto de hospitalizações e de mortes no país, alteraram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social que tiveram de ser retomadas no início de 2021. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise em 2020, porém causaram aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocaram alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro no ano passado. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável e justificou a aprovação de um novo programa de auxílio de menor montante que o observado em 2020, juntamente com medidas compensatórias visando à redução e controle de despesas nos horizontes de médio e longo prazos (a chamada PEC Emergencial).

Quanto ao desempenho da economia brasileira, o Banco Santander observou a divulgação dos dados das contas nacionais revelar que o PIB brasileiro recuou 4,1% em 2020 frente ao ano anterior. O resultado ficou aquém das estimativas feitas logo após o surgimento da pandemia – a mediana das estimativas indicava retração de 6,6% ao final do segundo trimestre de 2020. O Banco avalia que o suporte dado pelo auxílio emergencial provido no ano passado teve grande influência neste desempenho menos negativo do que o imaginado anteriormente, impulsionando a recuperação observada no segundo semestre de 2020. Os dados de atividade econômica relativos ao primeiro trimestre de 2021 indicam que a trajetória de recuperação – em termos dessazonalizados – continuou no período, embora com menor vigor (nossa projeção indica expansão trimestral de 0,2% frente aos últimos três meses de 2020, quando o PIB avançou 3,2% nos mesmos termos. Para o ano de 2021, o Banco Santander projeta que a economia brasileira ganhe tração ao longo dos próximos trimestres e que termine com crescimento de 3,0% frente ao ano de 2020.

A despeito da retração econômica observada no ano passado e da perda de dinamismo no crescimento econômico no início de 2021, a inflação permaneceu girando em patamares elevados na esteira de pressões causadas por custos mais altos provocados pela desvalorização cambial significativa, além de problemas nas cadeias produtivas que atrapalharam as condições de oferta de certos itens. Além disto, fatores internacionais como a alta demanda chinesa por proteínas animais e grãos e a elevação nas cotações internacionais dos combustíveis também contribuíram para que a dinâmica de preços domésticos apresentasse piora significativa, que levou o IPCA – índice de preços ao consumidor utilizado como meta pela autoridade monetária nacional – a encerrar o ano de 2020 em 4,5% em termos interanuais e continuar avançando para 6,1% ao final do primeiro trimestre de 2021.

O Banco Santander avalia que esta pressão perdurará por mais alguns meses e sofrerá perda de intensidade ao longo do segundo semestre deste ano, o que deverá levar o IPCA a encerrar 2021 com variação anual de 5,0%, patamar próximo ao teto do intervalo de tolerância de inflação imposto ao Banco Central do Brasil. Por este motivo, a autoridade monetária brasileira deu início a um processo

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de normalização parcial da taxa básica de juros com elevação da taxa Selic em 0,75 ponto percentual no primeiro trimestre de 2021, além de sinalizar a intenção de continuar elevando-a por mais algum período para reduzir o risco de superar o teto do intervalo de tolerância definido para 2021 e aumentar a chance de que a inflação convirja para a meta de 3,50% definida para 2022. Na visão do Banco Santander, o Banco Central do Brasil deverá seguir elevando a taxa Selic nos próximos trimestres e levá-la ao patamar de 5,50% a.a. no quarto trimestre de 2021, quando deverá promover uma pausa no ciclo de ajuste da política monetária.

A elevação da taxa de juros aumentará consequentemente o custo de rolagem da dívida governamental além de limitar a velocidade de expansão econômica. Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Esta postura foi um obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no primeiro trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período próximo a 230 pontos básicos, patamar superior aos 140 pontos básicos observados ao final de 2020. No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante, com a paridade frente ao dólar subindo a R\$5,75/US\$ ao final de março de 2021 frente aos R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado. Em ambos os casos, o Santander avalia que um possível gatilho para eventual melhora do desempenho diz respeito à redução das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos. Ações como a aprovação da PEC Emergencial ajudam neste sentido, mas dado o substancial aumento do endividamento público recentemente, o Banco Santander avalia que outras medidas para controle e redução de despesas precisam ser implementadas. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1T21	1T20	variação anual %	4T20	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros	11.873,8	11.436,8	3,8	11.196,7	6,0
Receitas de instrumentos de patrimônio	1,5	2,4	(36,7)	9,7	(84,4)
Resultado de equivalência patrimonial	30,6	30,1	1,5	31,9	(4,2)
Tarifas e Comissões (líquidas)	4.056,4	4.245,0	(4,4)	4.432,8	(8,5)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(1.513,1)	(13.090,2)	(88,4)	4.824,8	(131,4)
Outras despesas operacionais (líquidas)	(233,3)	(253,7)	(8,0)	(449,8)	(48,1)
Total de Receitas	14.215,8	2.370,4	499,7	20.046,1	(29,1)
Despesas administrativas	(4.195,1)	(4.188,4)	0,2	(4.485,2)	(6,5)
Depreciação e amortização	(673,4)	(618,8)	8,8	(666,9)	1,0
Provisões (líquidas)	(571,4)	(629,8)	(9,3)	(284,7)	100,7
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.582,4)	(3.476,5)	3,0	(3.605,1)	(0,6)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	30,2	204,4	(85,2)	11,1	172,1
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	17,7	13,0	36,0	40,9	(56,7)
Resultado Operacional Antes da Tributação	5.241,5	(6.325,8)	(182,9)	11.056,2	(52,6)
Impostos sobre a renda	(1.178,6)	10.192,0	(111,6)	(7.335,4)	(83,9)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	4.063,0	3.866,3	5,1	3.720,8	9,2

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	1T21	1T20	variação anual %	4T20	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	5.241,5	(6.325,7)	(182,9)	11.137,5	6.143,0
Hedge Cambial	2.394,1	12.825,6	(81,3)	(4.708,4)	(249,7)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	7.635,6	6.499,9	17,5	6.429,1	93,4

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	1T21	1T20	variação anual %	4T20	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.178,6)	10.192,0	(111,6)	(7.335,4)	(489,9)
Hedge Cambial	(2.394,1)	(12.825,6)	(81,3)	4.708,4	(249,7)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(3.572,7)	(2.633,6)	35,7	(2.627,0)	107,8

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O retorno anualizado tomando por base o resultado contábil do trimestre sobre o patrimônio líquido médio atingiu 16,29% no primeiro trimestre de 2021, queda de 0,37 p.p. e 2,23% comparado ao primeiro trimestre de 2020.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)	1T21	1T20	variação anual %	4T20	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	5.015,1	18.586,1	(73,0)	(5.015,4)	(199,9)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(7.409,4)	(31.411,7)	(76,4)	9.723,8	(176,2)
IR/CSLL	2.049,5	12.298,8	(83,3)	(4.248,0)	(148,2)
PIS/Cofins - Despesas tributárias	344,5	526,9	(34,6)	(460,4)	(174,8)

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Mar/21	Dez/20	variação anual %
Disponibilidades	30.868,4	20.148,7	53,2
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	56.440,4	60.900,4	(7,3)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	103.294,2	98.466,2	4,9
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	517,5	499,8	3,5
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	104.522,5	109.740,4	(4,8)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	561.873,0	554.924,8	1,3
Derivativos Utilizados como Hedge	976,1	743,5	31,3
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	960,9	1.092,9	(12,1)
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.147,5	1.095,0	4,8
Ativos Fiscais	41.019,8	41.063,8	(0,1)
Outros Ativos	4.960,5	7.222,4	(31,3)
Ativo Tangível	8.694,3	9.537,1	(8,8)
Ativo Intangível	29.525,6	30.766,4	(4,0)
Total do Ativo	944.800,8	936.201,5	0,9
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	77.378,7	77.643,3	(0,3)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.217,8	7.038,5	2,5
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	723.857,7	707.288,8	2,3
Derivativos Utilizados como Hedge	3,0	144,6	(97,9)
Provisões	13.149,7	13.815,0	(4,8)
Passivos Fiscais	8.177,4	10.130,2	(19,3)
Outras Obrigações	9.718,3	14.051,2	(30,8)
Total do Passivo	839.502,6	830.111,6	1,1
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	104.980,8	105.777,0	(0,7)
Participações Não-Controladoras	317,4	312,9	1,4
Total do Patrimônio Líquido	105.298,2	106.089,9	(0,7)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	944.800,8	936.201,5	0,9

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.3) Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou redução de 0,7% em comparação a 31 de dezembro de 2020.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial negativo em planos de benefícios a funcionários no montante de R\$15.094 e dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento no montante de R\$226.066 (líquidos dos efeitos tributários), e pelo lucro líquido do período no montante de R\$4.053.516.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº11.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, para o ano de 2020 a exigência de PR foi de 10,25%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I foi de 8,25% e o Capital Principal Mínimo de 6,75%.

Para o mês de março os requisitos seguem inalterados, mas ao longo do ano de 2021 o Adicional de Conservação de Capital passará por dois aumentos, indo para 1,625% a partir de abril e para 2,00% a partir de outubro. Desta maneira, ao final do ano de 2021 a exigência de PR será de 11,00%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. As exigências de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo serão de 9,00% de 7,50%, respectivamente.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Marc/21	Dez/20
Índice de Basileia Nível I	13,91	14,06
Índice de Basileia Capital Principal	12,63	12,87
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,18	15,25

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao período findo em 31 de março de 2021, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	PL	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	51.419,8	1.542,3	356,7	49.620,9	100%
Banco Bandepe S.A.	30.099,6	5.334,7	30,5	-	100%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	8.502,8	5.686,0	61,9	2.188,7	100%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	7.127,9	3.596,9	220,0	-	100%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.812,1	1.758,6	34,0	-	100%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.401,6	731,1	23,5	-	100%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Eventos Societários

Durante o período findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº2.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 31 de março de 2021, aprovar a cisão parcial da Companhia, que resultará na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet, com versão 2 da parcela cindida para a Getnet, nos termos do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial do Santander ("Cisão Parcial").

Em 03 de março de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado por Tarcila Reis Corrêa Ursini ao cargo de membro do Comitê de sustentabilidade da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2021, aprovar a proposta de cisão da operação de meios de pagamento, realizada pela subsidiária, Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ("Getnet"), a fim de concentrar os negócios de tecnologia e pagamentos do Grupo Santander dentro do PagoNxt, uma nova plataforma global de pagamentos focada em tecnologia.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovar, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovar a proposta de declaração e pagamento de dividendos, no montante de R\$ 512 milhões, pagos em 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de dezembro de 2020, aprovar a proposta de declaração e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 665 milhões pagos em 01 de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 18 de dezembro de 2020, aprovar a eleição dos diretores sem designação específica Adriana Marques Lourenço de Almeida, Francisco Soares da Silva Junior, Marilize Ferrazza Santinoni e Ricardo Olivare de Magalhães na qualidade de Diretores sem Designação Específica.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 1 bilhão pago no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Em 09 de outubro de 2020, aprovar (i) a alteração do Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade e (ii) eleição do Sr. Tasso Rezende de Azevedo como membro do Comitê de Sustentabilidade.

Em 22 de setembro de 2020 – aprovar a reeleição da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 01 de setembro de 2020, ratificar as deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 21 de maio de 2020, que tratou da eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato.

Em 28 de agosto de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Rafael Bello Noya, Diretor sem designação específica do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 29 de julho de 2020, aprovar (i) a proposta da incorporação da Bosan Participações S.A. pelo Banco; (ii) a proposta da incorporação do Banco Olé Consignado S.A. pelo Banco e (iii) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária do Banco para o dia 31 de agosto de 2020, às 15 horas, com a finalidade de deliberar as seguintes matérias: (a) ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada responsável pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação das Incorporadas; (b) aprovar os Laudos de Avaliação; (c) aprovar o Protocolo e Justificação da Bosan; (d) aprovar a incorporação da Bosan pelo Banco; (e) aprovar a incorporação do Banco Olé pelo Banco; e (f) autorizar a prática, pelos administradores do Banco, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações.

Em 28 de julho de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de junho de 2020.

Em 28 de julho de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 770 milhões para pagamento a partir do dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de julho de 2020, aprovar a eleição do Sr. João Marcos Pequeno De Biase como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 29 de junho de 2020, aprovar (i) a saída do Sr. René Luiz Grande da função de membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; e a (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande para a função de membro do Comitê de Auditoria do Banco.

Em 12 de junho de 2020, aprovar a eleição da Sra. Virginie Genès-Petronilho como membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de maio de 2020, aprovar a alteração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato, são eles: Sra. Deborah Stern Vieitas, Sr. Luiz Carlos Nannini e Sra. Maria Elena Cardoso Figueira.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a nova versão da Política de Remuneração, conforme recomendação positiva do Comitê de Remuneração, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a implantação local das versões apresentadas para as Políticas de: (i) Responsabilidade Social; (ii) Investimento Social, e (iii) Cultura Corporativa, conforme recomendação positiva do Comitê de Sustentabilidade.

Em 28 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Pedro Augusto de Melo como membro e Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de abril de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 890 milhões para pagamento a partir do dia 26 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 31 de março de 2020.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Parnes da função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (ii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 26 de fevereiro de 2020, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 26 de fevereiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vítor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 18 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2021.

7. Pessoas

Com a crise de saúde pública desencadeada no início de 2020, nunca se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 44.806 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Temos o serviço de Telemedicina em parceria com o Hospital Albert Einstein, garantindo atendimento médico de alto padrão a 100% dos colaboradores e seus dependentes, além do investimento no Programa de Saúde Emocional que tem apoiado nossas pessoas na adaptação e enfrentamento do distanciamento social.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa. Para tal, o processo de escuta ativa é essencial e, por isso, em março de 2021, recebemos 12 Clientes remotamente para participarem de um café com nosso CEO, Sérgio Rial, e com transmissão ao vivo para 100% da Organização. O “Café com Rial” especial do Dia do Consumidor teve audiência recorde de 41.972 conexões, colocando a cadeira do Cliente como a mais importante em nossa organização e sinalizando que nossos consumidores são o centro de nossas discussões.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 90% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os stakeholders.

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere. Destacamos algumas iniciativas no 1T21:

- Nesse trimestre, viabilizamos (Em Dez/20, o total viabilizado foi de R\$ 27 Bi.) R\$ 18,1 bilhões em negócios sustentáveis, sendo 74% desse valor via *bonds*.
- O Grupo Santander anunciou a ambição de alcançar emissão líquida zero de carbono até 2050. Esse objetivo inclui nossa própria atividade, em que somos carbono neutro desde 2020, como também emissões de clientes.
- Iniciamos nossos esforços para tornar os nossos cartões mais ecoeficientes. Passaremos a utilizar PVC reciclado como matéria prima e isso deve gerar uma redução de 50 toneladas de resíduos plásticos (considerando todo o portfólio transformado em cartão de PVC reciclado). Em julho deste ano teremos os primeiros 1.000 cartões chegando às mãos dos nossos clientes, e em seis anos trocaremos toda a base de plásticos que tivermos no mercado.
- Realizamos o primeiro desembolso da linha de crédito de R\$ 50 milhões para cooperativas e agroindústrias de culturas da Amazônia.
- Até o final de 2021, nossa ambição é ter 100% das nossas lojas abastecidas por energia renovável. Além disso, com a adoção do boleto digital pelos nossos clientes da Financeira, acreditamos que reduziremos 51 toneladas de papel nesse ano.

Intensificamos nossas ações em apoio à sociedade como forma de apoio no combate ao COVID-19 e seguimos com nossa estratégia de investimento social privado com nossos programas de apoio a crianças, adolescentes, idosos e empreendedores.

- Doamos 100 mil cestas básicas para a Campanha Brasil sem Fome. Além disso, estamos mobilizados para arrecadar 500 mil cestas básicas em parceria com nossos pares privados, Itaú e Bradesco.
- Abrimos os editais para a próxima edição dos nossos programas Amigo de Valor e Parceiro do Idoso, em que convidamos mais de 1.900 municípios a se inscreverem (Critérios de escolha: presença comercial, nº de habitantes e IDH.). No Amigo de Valor, a nossa ambição é apoiar até 100 projetos (Atualmente são apoiados 59 projetos) em todo o país e ampliar a presença na região norte.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo em 31 de março de 2021, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 31 de março de 2021, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 27/04/2021).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 31 de março de 2021, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2021:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno de Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 31 de março de 2021, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2021:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudénice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno de Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marilize Ferrazza Santinoni
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivares de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Maria Nus Badía – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Membro Técnico Qualificado
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro
René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Carlos Aguiar Neto – Membro
Carlos Rey de Vicente – Membro
Mario Roberto Opice Leão – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Conselho Fiscal *

João Guilherme de Andrade So Consiglio - Membro efetivo (Presidente)
Antonio Melchades Baldisera - Membro efetivo
Louise Barsi - Membro efetivo
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

*O Conselho Fiscal foi instalado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2020, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 10 de julho de 2020, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno de Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Contador

Gilberto Cabeleira Alves – CRC Nº PR040031/ O-7